

AS REPERCUSSÕES RESULTANTES DA CONSTITUIÇÃO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE NO ESPÍRITO SANTO DURANTE O PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

THE RESULTING REPERCUSSIONS FROM CONSTITUTION OF THE PULP INDUSTRY IN THE ESPÍRITO SANTO STATE DURING THE TECHNICAL-SCIENTIFIC-INFORMATIONAL PERIOD

Wanderson dos Santos Rebello

Doutorando Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
wandersonv8@hotmail.com

Resumo

Investigar a indústria de celulose no Espírito Santo implica em aprofundar a compreensão sobre a história da configuração territorial do estado e de aspectos presentes na realidade capixaba herdados da dinâmica da atividade produtiva de celulose. Baseando-se na perspectiva teórica de Milton Santos para a análise e interpretação do espaço geográfico, buscou-se compreender o processo histórico da implantação da indústria de celulose no Espírito Santo durante o processo de modernização da configuração territorial, onde objetos técnicos, com apoio de instituições públicas e privadas, são implantados de modo a atender às demandas do mercado externo e, de maneira contraditória, dificultam a reprodução da sociedade local. As ideias presentes foram operacionalizadas com base no conceito de modernização e, para a construção de uma visão atual das repercussões espaciais decorrentes do processo, nos conceitos de espaço banal, verticalidades e horizontalidades.

Palavras-chave: Modernização. Celulose. Espaço Banal. Verticalidades. Horizontalidades.

Abstract

Investigate the pulp industry in the Espírito Santo implies a deeper understanding of the history of territorial configuration of the state and the several aspects from reality of the state were inherited from the dynamics from the pulp production activity. Based on the theoretical perspective of Milton Santos for the analysis and interpretation of geographical space, we seek to understand the historical process of the implementation of the pulp industry in the Espírito Santo, during the process of modernization of territorial configuration, when technical objects, with support from public and private institutions, were implemented in order to meet the demands from foreign market and, in a contradictory way, hinder the reproduction of old local dynamics. These ideas were operationalized based on the concept of modernization and for the construction of a current view of space repercussions of the process, the concepts of banal space, verticalities and horizontalities.

Keywords: Modernization. Cellulose pulp. Banal Space. Verticalities. Horizontalities.

Apresentação

O propósito deste artigo é analisar as repercussões resultantes da constituição da indústria de celulose no Espírito Santo, ocorrida através da implantação da empresa outrora denominada Aracruz Celulose, atualmente Fibria Unidade Aracruz, um expressivo objeto técnico-científico construído no município de Aracruz a partir do decênio de 1960, enquanto materialização, ainda que pontual, do processo de renovação técnico-científica da configuração territorial capixaba.

Para tanto, a partir da perspectiva estabelecida no âmbito da pesquisa em geografia, busca-se apoio na vertente teórica que assenta-se na relação existente entre espaço geográfico e técnica, recorrendo-se à contribuição que Milton Santos fornece, baseada na assimilação da noção de técnica enquanto recurso epistemológico para a análise e interpretação do espaço geográfico.

Busca-se, em seguida, a partir do conceito de modernização, evidenciar o processo histórico da implantação da indústria de celulose no Espírito Santo, de fundamental importância para a construção de uma visão atual das repercussões espaciais decorrentes do processo, assimiladas, por fim, enquanto embate entre verticalidades e horizontalidades no espaço banal.

Técnica e Espaço: a modernização da configuração territorial do estado do Espírito Santo a partir da segunda metade do século XX e seus desdobramentos

Santos (M., 2006) afirma que a principal forma de relação entre o homem e o meio ocorre por intermédio da técnica. Essa, um conjunto de meios instrumentais e sociais por onde realiza-se a vida e, assim, o espaço. Revela-se a técnica, portanto, enquanto recurso analítico fundamental para a compreensão das formas espaciais, pois,

[...] o recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história. (SANTOS, M., 2006, p.29)

A relação entre a técnica e a produção do espaço foi, para Milton Santos, objeto de reflexão sob uma perspectiva diacrônica e, assim, a evolução histórica do meio geográfico pôde ser sistematizada em função do conteúdo técnico em modelos gerais, quais sejam: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Tal reflexão, sugere-se, é relevante para a análise proposta, no sentido em que fornece subsídios importantes, tanto por permitir contemplar a historicidade espacial do Espírito Santo, quanto por tornar possível assimilar a constituição da indústria de celulose enquanto parte do processo da modernização da configuração territorial capixaba, assunto a ser contemplado no decorrer do texto.

A propósito, a configuração territorial, de acordo com Santos (M., 2006, p.38), “é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais”, sendo constituída:

[...] pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, montanhas, florestas e também recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de coisas arranjadas e em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, M., 2008c, p.84)

É necessário apontar que em uma dada porção do planeta, a configuração territorial pode ser modificada em função dos acontecimentos do período histórico vigente, podendo manifestar-se materialmente sob diversas formas, através da introdução de objetos e, quando criando rupturas com os períodos precedentes, tal fenômeno pode ser chamado de modernização, segundo Santos (M., 2006).

Ressalta-se que a modernização espacial, por sua vez, ocorre toda vez que os novos arranjos, introduções e reorganizações das infraestruturas, articulam-se em torno da produção, de acordo com Silveira (1999). Ressalta-se que as infraestruturas

[...] são próteses sob a forma de sistemas de engenharia que constituem a criação de condições de trabalho próprias de cada época, formando as bases da produção e do intercâmbio de produtos ou mercadorias. Tais sistemas são materializados sob a forma de oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos, etc. (SANTOS, M., 2006; 2008a)

A ênfase dada ao papel das modernizações é tamanha a ponto de Elias (2003) afirmar que seriam as mesmas o único modo para se levar em conta as implicações

temporais da organização do espaço geográfico, onde cada período acaba apresentando um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, assim constituindo sistemas. Para a referida autora, a modernização de um espaço ocorre quando há a união desse ao mundo moderno, através dos aspectos econômicos, políticos e sociais vigentes.

Baseado em Santos (M., 2012), pode-se afirmar que a modernização do espaço é marcada por períodos de inflexão, onde características singulares podem ser elencados para caracterizar o meio. Nesse sentido, ressaltam-se os períodos de inflexão sugeridos como sendo períodos históricos possuidores de características singulares por Santos (M., 2012, p.37):

- a) o período do comércio em grande escala, de fins do XV até 1620;
- b) o período manufatureiro (1620 – 1750);
- c) o período da revolução industrial (1750-1870);
- d) o período industrial (1870-1945);
- e) o período tecnológico.

Dentre os supracitados períodos ocorreram importantes revoluções que refletem diretamente nas formas de organização mundial, segundo Santos (M., 2012). Para o autor, a primeira foi a revolução dos transportes marítimos, que permite a circulação de mercadorias em escala mundial, entre os continentes, sendo a segunda a revolução industrial, a qual permitiu a crescente produção e introdução de objetos técnicos no meio geográfico e, por fim, a revolução tecnológica, correspondendo a uma modernização comercial, industrial e tecnológica. Essa última, entretanto, corresponde ao período técnico-científico-informacional, onde há a constituição do espaço globalizado e é onde, segundo Elias (2006, p.36): “todos os lugares participam, mesmo que de forma indireta, de uma ordem econômica mundial”.

Durante o período tecnológico, buscou-se a integração nacional, de forma a permitir a intensificação da inserção do Brasil no mercado internacional, durante o período da ditadura militar. Na visão de Milton Santos,

[...] o golpe de Estado de 1964 todavia aparece como um marco, pois foi o movimento militar que criou as condições de uma rápida integração do País a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial. A economia se desenvolve, seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior. O país se torna grande exportador, tanto de produtos agrícolas não tradicionais, (soja, cítricos), parcialmente beneficiados antes de se dirigirem ao estrangeiro, quanto de produtos industrializados. A modernização agrícola, aliás, atinge, também produções tradicionais como o café, o cacau, o algodão;

alcança produtos como o trigo, cujo volume plantado e colhido se multiplica; implanta-se em muitos outros setores e beneficia-se da expansão da classe média e das novas equações de um consumo popular intermitente, com o desenvolvimento da produção de frutas, verduras e hortaliças. A população aumentada, a classe média ampliada, a sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de crédito servem como impulsão à produção industrial. [...] Em conseqüência, aparecem mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infra-estruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. (SANTOS, M., 2008b, p. 38-39)

A integração com o mercado mundial, no entanto, foi incentivada através de programas lançados pelo governo federal, optando-se pelo crescimento econômico à custa de um considerável endividamento, resultando em profundas mudanças do território, segundo Xavier (2010). Para o autor,

[...] o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) procurou reintegrar o subsistema econômico brasileiro ao sistema capitalista mundial (Octavio Ianni, 1971). Entre seus principais objetivos, estava a formação de um mercado de consumo para bens duráveis, favorecendo o a implantação das indústrias desse setor no país. Com a crise de 1973, nova etapa de modernizações é imposta ao território. Segundo Antonio B. de Castro (1985, p.28), “diante do transtorno das contas externas verificadas no ano de 1974, o Brasil optou pelo crescimento-com-endividamento”. Esse crescimento seria gestado por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), que priorizava a implantação de novos setores, a criação e a adaptação de tecnologias para modernizar a economia, o ajustamento às novas realidades da economia mundial e uma nova etapa de esforço de integração nacional. (XAVIER, 2010, p. 330)

Assim, a modernização da configuração territorial do estado do Espírito Santo ocorre no supracitado contexto, portanto enquanto parte da história do processo da modernização nacional, intensificada após 1945, sendo fortemente caracterizada pela implantação de importantes indústrias voltadas para a exportação. Cabe destacar que o processo de modernização no estado capixaba é notoriamente marcado pela mudança da base produtiva, de agrária para industrial, sobretudo estimulada pela crise do café que vinha ocorrendo desde meados do século XX, de acordo com Rocha e Morandi (1991).

O Espírito Santo tinha sua base econômica alicerçada na agricultura até, aproximadamente, os anos de 1970, onde o café era o produto com o maior destaque, sendo cultivado predominantemente em pequena propriedade através do trabalho familiar, de acordo com Campos Junior (2002). Segundo esse autor, até os anos 50 o café tinha preços favoráveis no mercado externo, mas durante os anos 60 a produção começou a declinar em função da baixa produtividade dos cafeeiros que encontravam-se

velhos e plantados sem técnica. De acordo com Macedo (2013), a cafeicultura dependia de uma boa oferta de terras em função da produção sem incorporação de progresso técnico, o que provocava o empobrecimento dos solos e, assim, a agricultura logo atingiria seus limites internos, devido ao esgotamento da fronteira agrícola. Esses fatores, somados à queda no preço internacional iniciada a partir de 1956, caracterizaram a crise que se instalou.

Peruzzo (1984) afirma que o Estado capixaba sofre profundas mudanças, nos anos 60, principalmente em função de interesses de grandes grupos que se relacionavam de maneira vantajosa com o estado, buscando a satisfação dos interesses do capital em geral em detrimento do particular, na busca da diversificação da economia. Para o autor, “isto não é uma incoerência do Estado, visto que grandes grupos, os mais poderosos, passam a ter maior poder de barganha junto a ele” (PERUZZO, 1984, p.54).

Na visão de Peruzzo (1984), o Instituto Brasileiro do Café incentivou a política de erradicação do café, alegando que se fazia necessário eliminar o café de tipo inferior, inclusive os cafezais, substituindo-os por outras culturas, ao invés de se desenvolver um conjunto de incentivos para a substituição do tipo de café cultivado por outro tipo de café, o que acarretou a erradicação de 185 milhões de pés, ou seja, aproximadamente 45% do cafezal existente no Espírito Santo, suprimindo cerca de 50 mil empregos rurais, o equivalente a 16% da mão de obra agrícola estadual, acarretando na migração de aproximadamente 150 mil habitantes do campo em direção à cidade ao mesmo tempo em que ocorriam novas relações capitalistas através da mudança das atividades agrícolas e concomitantemente à expansão das grandes propriedades. Desta forma, para o autor, a crise tornou-se oportuna para os grandes empresários, ao passo que dificultava a vida no campo dos pequenos proprietários que não contavam com as mesmas facilidades para obter crédito como os grandes.

Na época da erradicação do café, segundo Campos Júnior (1998), a indústria do centro hegemônico do país, São Paulo, produzia implementos para a modernização do campo enquanto o pensamento dominante na política era de que havia uma “agricultura atrasada”, sendo um entrave ao desenvolvimento e modernização do campo, mas que poderia ser remediada através do uso de novas técnicas, máquinas, insumos, além de mudanças na relação de trabalho, constituindo-se em uma aspiração ao progresso.

Apesar desse processo ter ocorrido em várias partes do país, o supracitado autor

afirma que no Espírito Santo as mudanças foram menos intensas, não ocorrendo através do emprego de máquinas na agricultura. O cultivo do café passava a ser substituído pela prática da pecuária, do reflorestamento com vistas à produção industrial e ao cultivo da cana-de-açúcar, vindo a ser retomado como cultura de grande importância após 1975, com o uso de técnicas modernas e de insumos agrícolas, adequando-se ao pensamento modernista da época, sobretudo direcionado pelos governantes estaduais.

Cabe destacar a criação do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES) enquanto alternativa para atravessar a crise econômica por meio da concessão de benefícios fiscais com vistas à industrialização, através da renúncia fiscal do imposto de renda e do imposto sobre circulação de mercadorias e produtos (ICMS), oficializado pelo decreto-lei federal 880 de 1969. Mesmo com o incentivo, de acordo com Campos Júnior (2002), a medida não foi suficiente para mudar totalmente a base econômica estadual e apenas alguns poucos empresários conseguiram se preparar para enfrentar a crise econômica que instalava-se.

Ressalta-se, nesse contexto, a ocorrência do aparelhamento técnico-científico estadual, com vistas à modernização da configuração territorial, evidenciado através da fala do ex-governador Christiano Dias Lopes, que ocupou o cargo entre 1967 e 1971, sobre as modificações executadas em prol de ampliar a infraestrutura estadual para as novas relações capitalistas que viriam a ser estabelecidas:

Criamos e implantamos um sistema de assessoramento na área administrativa, jurídica e de programação e planejamento; reorganizamos o DER, reestruturamos a Polícia Militar, a Procuradoria Geral da Justiça, a Geral do Estado e o Departamento de Estatística. Criamos, estruturamos e implantamos o DERMAG (hoje CERMAG), o Departamento de Aerofotogrametria, o DETRAN, a SUPPIN, o CIVIT, a Escola de Agronomia de Alegre, o DTC, a SPC, a FESBEM, a COFAI, a SERCOP (hoje PRODEST), a EMCATUR, a COPESA, a CESAN, a COMDUSA, a COHAB, a CODES (hoje BANDES), a EMFORMA, a Meridional de Eletricidade (...) entre outros (PERUZZO, 1984, p. 57)

Cabe mencionar, com base em Peruzzo (1984) e Rocha e Morandi (1991), as propostas de descentralização industrial constantes no II Plano Nacional de Desenvolvimento, criado pelo governo federal entre 1975 e 1979, enquanto estratégia para conter os fluxos migratórios que se direcionavam aos grandes centros, através da industrialização das cidades de porte médio. Alguns dos projetos foram direcionados para a região metropolitana de Vitória, visando modificar o papel do Espírito Santo no

contexto capitalista nacional, do ponto de vista das novas relações de produção que estavam se estabelecendo em nível mundial e, supostamente, diminuiriam a possibilidade de a população capixaba migrar em massa para outros estados. Ao enfatizar o papel do estado na instalação de projetos industriais, Peruzzo (1984, p.56) afirma que:

O Estado, por outro lado, articula os fatores de atração da população rural para migrar para a cidade, que são os grandes projetos industriais e o portuário, os quais se localizam na Grande Vitória, ou próximo dela. Dentre estes projetos estão o Porto de Tubarão, Porto de Praia Mole, Porto de Capuaba, Portocel, Porto de Vitória, Usina de Pelotização, Companhia Siderúrgica de Tubarão, CIVIT (Centro Industrial de Vitória), Aracruz Celulose, [...].

Não obstante, os principais vetores das transformações produtivas da economia capixaba entre os decênios de 1950 e 70, que possibilitaram a saída do estado do isolamento relativo, permitindo integrar-se ao movimento nacional e internacional, foram os seguintes, segundo Macedo (2013, p. 13):

1) Crise na produção do café, consequência da queda de seu preço internacional, mas principalmente dos limites internos da cafeicultura tradicional do estado; 2) política industrial, com a intervenção do governo federal, no sentido de incentivar especialmente os setores básicos que se localizaram no Espírito Santo; 3) a construção de infraestrutura com características específicas, atraindo iniciativas industriais para o Estado; 4) o transbordamento da economia brasileira, que a partir do Plano de Metas encontraria na periferia alternativas para expansão; 5) montagem do sistema estadual de incentivos fiscais e financeiros para atração de investimento; 6) expansão do mercado consumidor urbano no Espírito Santo; 7) o esgotamento da estrutura de produção familiar na cultura cafeeira; 8) a política nacional de erradicação dos cafezais na década de 1960; e 9) a construção de uma institucionalidade estadual que permitiria a implementação de políticas de apoio à indústria [...].

A instalação da indústria de celulose, portanto, ocorreu nesse contexto de modernização que marcou profundamente o Espírito Santo, sobretudo por criar novas dinâmicas segundo interesses hegemônicos ligados ao mercado, que enxergam o território enquanto recurso e são indiferentes aos que possuem o território como abrigo. Não obstante, torna-se necessário destacar o interesse das lideranças locais capixabas no contexto de modernização, pois,

aproveitando-se do momento de grande internacionalização da economia brasileira e das possibilidades criadas através da política industrial proposta pelo II PND, as lideranças locais, juntamente com a CVRD, articulam a implantação de grandes projetos industriais (aqueles de capital do governo federal e de origem externa) colocando em negociação as oportunidades

encontradas. Em consequência, promovem a instalação da Aracruz Celulose, da Samarco Mineração, da Siderúrgica de Tubarão e a intensificação das atividades da Companhia Vale do Rio Doce, que já exportava minério [...] (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.16)

Sob o manto da modernização estava a mudança do processo de acumulação capitalista, da base agrária para a industrial, assim como encontrava-se dissimulada, dentre as intenções das lideranças locais no processo, a da imposição da lógica do trabalho assalariado, através dos grandes projetos industriais voltados predominantemente para o abastecimento do mercado externo. Essa estratégia, de acordo com Macedo (2013), permitiria absorver a mão de obra oriunda do campo e, por consequência, a apropriação do trabalho excedente por essa produzido. Não obstante havia a intenção de consolidar uma base de interesses urbanos em contraposição à tradicional elite agrária, essa dominante na política estadual desde a República Velha (MACEDO, 2013). Destarte o Espírito Santo seria incorporado

Ao movimento geral da economia brasileira, integrando-se definitivamente a ela e também à internacional, superando as estreitas bases de acumulação primário exportadora sustentada no café constituindo-lhe outra, de caráter mais diversificado, em conformidade com a expansão do capitalismo brasileiro. (MACEDO, 2013, p.55)

Diante desse contexto em tela, para o prosseguimento da reflexão, torna-se oportuno recorrer ao conceito de espaço banal (SANTOS, M., 2000) ou o espaço de todos, de todos os homens (não importando as suas diferenças), de todas as instituições (independente da força das mesmas), de todas as empresas (independente do seu poder), onde ocorre toda a vivência espacial e todas as determinações da totalidade social. É, ainda, nesse espaço que vai existir a solidariedade orgânica, um conjunto de produções localizadas e dependentes entre si, na área de um território comum, condicionadas pela disponibilidade de recursos do meio geográfico local. De acordo com o autor, dialeticamente coexistem e complementam-se no espaço banal as verticalidades e horizontalidades, o que permite assimilar o Espírito Santo enquanto um campo de atuação de forças verticais e horizontais, no contexto produtivo da indústria de celulose.

A instalação da indústria de celulose no Espírito Santo e a constituição de uma nova força hegemônica em prol do mercado externo

As verticalidades, de acordo com Santos (M., 2000), são conjuntos de pontos que formam um espaço de fluxos em um território, comunicando-se em redes e

submetidos à produção hegemônica no período técnico-científico informacional. Portadoras do pensamento hegemônico que busca unificar, homogeneizar e impor um tempo universal no espaço, apresentam conjuntos de relações baseadas em fatores externos às lógicas locais, direcionando o relacionamento dos agentes produtivos entre si. Esses, podem ser assimilados como macroatores, por determinarem a lógica da produção enquanto direcionadores das ações internas das áreas escolhidas para a atuação do capital, principalmente através de macroempresas, tal como pode ser assimilada a instalação da Aracruz Celulose no município de Aracruz (Mapa 1).

Mapa 1: Localização da Fibria Unidade Aracruz



Fonte: elaborado pelo autor.

Neste sentido, para Santos (M., 2000), os espaços de fluxos apresentam-se sob uma solidariedade organizacional justamente por terem as relações de agregação e cooperação entre os agentes como resultantes de fatores externos às áreas de atuação dos mesmos, onde os interesses dos macroatores, estranhos ao local de atuação, acabam prevalecendo sobre os interesses públicos locais, de modo a direcionar a construção espacial em função dos interesses privados, que passam a atuar como força política ao direcionar a ação do Estado. E esse, vindo a atuar de maneira explícita ou disfarçada em prol dos interesses hegemônicos, cede o papel de regulador para as grandes corporações. Assim podem ser também assimilados os desdobramentos da implantação da empresa

Aracruz Celulose, ocorrida durante o período militar, onde interesses corporativos da ação Estatal foram impostos autoritariamente e, de forma dissimulada, em prol de interesses hegemônicos, alijando a sociedade civil do processo, segundo evidenciado por Movimento Alerta contra o Deserto Verde/FASE (2001, p.8-9):

O projeto de implantação de uma grande empresa produtora de celulose na região de Aracruz tem início em 1972, no auge da ditadura militar, na vigência do Ato Institucional n.5 (AI-5). Durante o governo Médici, um dos piores momentos da ditadura, esse projeto só poderia assumir uma forma clássica que mistura censura, violência e exclusão. Durante esses 30 anos, o projeto dessa empresa – que tinha em sua origem o controle estatal – e outros projetos semelhantes (Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, Companhia siderúrgica de Tubarão – CST, etc.) mudaram o perfil do Estado do Espírito Santo e do sul da Bahia. Todos ocorreram sem nenhum debate sério com a sociedade civil organizada, exploraram a ausência de informação e se apoiaram, em muitos casos, no uso da violência.

Tais ações, alheias e indiferentes ao entorno, condiz com o que Santos (M., 2000) afirma sobre as verticalidades, que enxerga o território apenas como locus de ação produtiva pragmática, sobretudo em função da instalação dos equipamentos instalados a serem por por elas utilizados, naquilo que caracteriza o território apenas como recurso. Assim, portanto, foi implantada a indústria de celulose, no bojo das transformações que caracterizavam o contexto de modernização do estado capixaba, sobremodo marcado pela implantação de objetos técnicos, obras de engenharia de grande envergadura, envolvendo uma variada gama de agentes, leis, programas governamentais e financiamentos (REBELLO, 2012).

A implantação da empresa, de acordo com Dalcomuni (1990), ocorreu por intermédio do Grupo Aracruz, sendo composto, à época, pelas seguintes firmas: Aracruz Florestal, responsável pela pesquisa florestal, manejo e fornecimento de madeira; Aracruz Celulose, responsável pela produção industrial; Aracruz International e Aracruz Trading, ambas sediadas no exterior e responsáveis pelo apoio aos negócios externos e aos novos mercados; Portocel, encarregado pela administração do terminal portuário da Barra do Riacho, em parceria com a CVRD e Aracruz Corretora de Seguros, que agenciava seguros ao grupo.

A Aracruz Celulose S.A., localizada no distrito de Barra do Riacho, município de Aracruz, foi fundada em 1972 sob o formato de empreendimento conjunto (ou *joint-venture*), sendo assim caracterizada a composição acionária: 25,9% pertencente ao BNDE; Companhia Souza Cruz de Ind. e Com. com 25,9%; Fibase com 14,72%; Grupo

Billerud com 6,07%; Grupo Lorentzen com 5,08%; Vera Cruz Agroflorestral S/A com 3,37%; Grupo Moreira Salles com 2,63% e 16,94% divididos entre outros 391 acionistas (DALCOMUNI, 1990).

A produção da empresa iniciou em 1978, através da fábrica A, projetada para uma capacidade produtiva anual de até 450.000 toneladas. A primeira expansão da empresa ocorre em 1991, com a inauguração da fábrica B, prevista para uma capacidade de fabricar 550.000 toneladas anuais de celulose. Com a posterior reforma das fábricas A e B, em 1997 a produção total da Aracruz Celulose passou a alcançar 1.300.000 toneladas por ano, após a modernização das linhas de produção (REBELLO, 2012).

No final dos anos 90, a Aracruz Celulose passa por dificuldades de abastecimento hídrico devido aos eventos climáticos no Espírito Santo, criando um risco de comprometimento a sua produção. Como forma de remediar o quadro que instalava-se, a empresa inaugura uma significativa obra de engenharia em 1999, o canal Caboclo Bernardo, que consistia em um sistema montado para o reaproveitamento de antigos canais de drenagem abertos pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), originalmente projetados no intuito de promover a agricultura cientificizada do arroz nas várzeas do rio Riacho, conforme Rebello (2012). Os antigos canais foram convertidos exclusivamente para a captação de água no rio Doce, no intuito de manter o abastecimento dos seus reservatórios, o que assegurou, assim, a manutenção da produção em curso, além da programada expansão efetivada em 2002 através da inauguração da fábrica C, adicionando 700.000 toneladas anuais na produção de celulose. A denominação atual da empresa, Fibria Unidade Aracruz, foi adotada após a incorporação pela Votorantim Celulose e Papel em 2009, passando a ser unidade da Fibria Celulose S.A (DAL'COL, 2010).

Destaca-se que a capacidade produtiva atual da Unidade Aracruz é de aproximadamente 2.300.000 toneladas de celulose e o abastecimento de eucalipto é garantido pela produção proveniente de terras próprias, localizadas no Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, além da produção terceirizada através dos participantes do programa Poupança Florestal, criado em 1990 sob a denominação de Fomento Florestal no intuito de incentivar a monocultura de eucalipto nos municípios do Espírito Santo através da cooptação de produtores ou arrendatários de propriedades rurais para o circuito produtivo da empresa, sendo portanto uma forma dissimulada de terceirização

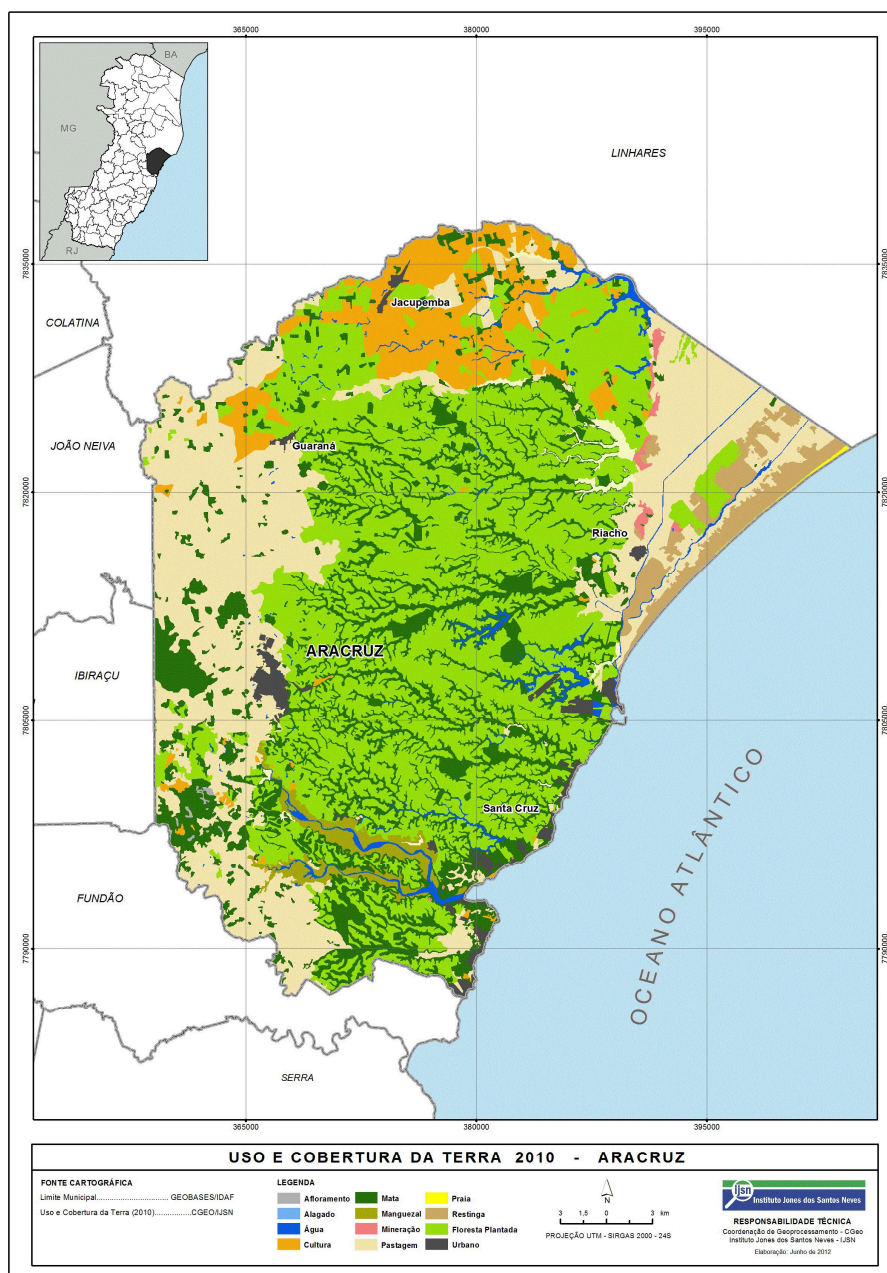
da produção de matéria-prima para a indústria de celulose por meio de contratos.

Apesar de ser recorrente o uso do termo floresta ou floresta plantada por parte da empresa para referir-se à monocultura de eucalipto para fins comerciais, discordamos dessa ideia por não contemplar a biodiversidade presente, em termos de flora e fauna, da mata atlântica original capixaba, além da lógica distinta de uso. Nesse sentido, a presidente da Associação das Indústrias brasileiras de Florestas Plantadas, Elizabeth de Carvalhaes (2015), em entrevista cedida à revista *Época*, afirma o seguinte sobre o plantio de eucalipto:

É uma forma de agricultura. Plantamos árvores como outros plantam soja ou café. A prática envolve inovação genética como outras culturas. Com isso, você esclarece que não está falando de uma árvore nativa. É um cultivo agrícola. [...] É, sim, uma monocultura. Mas traz múltiplos produtos para o mercado nacional e internacional. Chamar de floresta confunde. Tem florestas naturais ou artificiais, mais ou menos produtivas. Se você diz que é uma floresta, imediatamente toca nas questões ambientais. E só. Se diz que é uma plantação, entram outros fatores em jogo. E a expectativa muda. A agricultura colhe o que plantou. O sojicultor planta soja e colhe depois. Nós plantamos o eucalipto e colhemos depois. Por isso não faz sentido falar de corte de árvore. Não é desmatamento. É colheita.

Pode-se afirmar, portanto, que a empresa ocupa, apenas no município de Aracruz, aproximadamente 26,5 mil hectares com a monocultura de eucalipto, mais 16.809 hectares com áreas de conservação, além de 4.141 hectares classificados como outras áreas, perfazendo o total de 47.434 hectares, ou seja, aproximadamente 33% dos 142 mil hectares de área do município (FIBRIA, 2015). No Mapa 2 é possível ver a amplitude da área apropriada em prol da produção de celulose em Aracruz.

Mapa 2: Uso e cobertura da terra em Aracruz



Fonte: IJSN (2012)

Baseando-se em Fibria (2017), pode-se afirmar que o abastecimento da Unidade Aracruz é garantido pela produção proveniente dos 344.273 hectares de monocultura de eucalipto mais os 48.053 hectares provenientes de áreas cooptadas pelo programa de fomento, o que permitiram produzir 2.207.000 toneladas de celulose para exportação em 2016. Apesar dos números impressionantes da produção, são gerados apenas 1.556 empregos diretos na unidade Aracruz, podendo ser um número considerado irrisório

dada a amplitude da atuação da empresa no Espírito Santo. A produção da Fibria destina-se em 34,8% ao mercado europeu, 33,7% ao mercado asiático, 21,5% ao mercado norte-americano e 10% ao sul-americano, com a finalidade de produzir papéis sanitários, papéis para escritório e escrita, além de papéis especiais. Entre o final dos anos 80 e meados dos 90 a empresa passou por um processo de terceirização das atividades e conta, atualmente com 7.065 empregados terceirizados. O estudo do processo de terceirização da empresa, ocorrido no supracitado período, pode ser contemplado na contribuição de Santos (G., 2005).

A instalação da indústria de celulose com tal magnitude, apesar de ter alavancado parte do setor da produção industrial capixaba, acabou gerando, em contrapartida, significativas alterações nas dinâmicas espaciais preexistentes. Portanto,

[...] ainda que se, por um lado, a implantação dos “Grandes Projetos” no Espírito Santo proporcionou uma significativa elevação no volume e valor da produção industrial no estado, ampliando a oferta de emprego no setor secundário e por essa via influenciando na circulação de renda na “economia capixaba”, por outro lado, dado ao grande porte dos mesmos, e à forma concentrada no tempo e espaço com que foram implantados, esses projetos provocaram profundas alterações na estrutura econômica, social e política no Espírito Santo. Estas transformações referem-se principalmente aos processos de concentração industrial, concentração fundiária, modificações no uso do solo e relações de trabalho na agricultura, concentração urbana e agudização de problemas ambientais suscitados pelos mesmos (DALCOMUNI, 1990, p.209)

Os desdobramentos da implantação da Aracruz Celulose são mostrados no tópico seguinte, onde fica evidente a força da ação hegemônica vertical, da empresa, sobre aqueles que possuem o território como abrigo.

Desdobramentos da implantação da indústria de celulose no Espírito Santo: as repercussões sobre as antigas dinâmicas espaciais

As repercussões espaciais podem ser assimiladas ao que Santos (2000) afirma sobre o surgimento, no espaço banal, de forças centrípetas dominantes garantidoras da sobrevivência espacial, regidas pela contra-racionalidade, surgida no interior do próprio território, de forma a garantir a personalidade do mesmo, apesar da racionalidade hegemônica das verticalidades, que atuam em diferentes pontos do território. Tais forças são denominadas de horizontalidades sendo extensões contínuas formadas pelas zonas de contiguidades, sendo ainda contra-racionalidades que admitem várias temporalidades

produtivas, ao contrário do tempo hegemônico vertical. São as manifestações das horizontalidades que garantem a sua permanência no espaço banal e são essas reações horizontais no território permitem que o mesmo seja caracterizado como abrigo para aqueles que dele fazem uso, não sendo apenas um lugar de uso pragmático, como para as ações verticais (SANTOS, M., 2000).

Contribuição oportuna de ser destacada cabe à leitura teórica de Silveira (1999), autora que assimila, de modo apropriado, os conceitos de verticalidade e horizontalidade aos termos espaços do mandar e espaços do fazer. O primeiro é aquele onde o pensamento hegemônico é elaborado, alheio às particularidades de um local de ação, emissores de um saber-fazer importado e o segundo é onde tende a existir resistências à ação das verticalidades, ainda que sejam os receptores das diretrizes mundiais da ação econômica global de um macroagente.

Pode-se afirmar que a instalação da indústria de celulose, enquanto ação vertical, somou dificuldades na reprodução social dos povos indígenas Tupiniquim e Guarani, já bastante prejudicados devido ao anterior processo de desmatamento feito pela Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) ainda nos anos 40, para abastecer a sua produção siderúrgica, pois as terras dessa empresa foram posteriormente herdadas pela Aracruz Celulose para o cultivo do eucalipto (ESPÍRITO SANTO, 1997).

No período compreendido em 1967 e 1983, segundo Loureiro (2006), a ação do estado foi fundamental para o estabelecimento do locus de ação pragmática da Aracruz Celulose no que diz respeito às terras cedidas para a empresa. Tratavam-se de antigos territórios indígenas, estabelecidos pelos seus ancestrais como território de abrigo, fato solenemente ignorado pelos sucessivos governantes da época, os quais permitiram com que a referida empresa transformasse o território em recurso:

A Aracruz Florestal S/A recebeu do Governo Estadual, representado pelo governador Christiano Dias Lopes, os dez mil hectares anteriormente explorados pela Cofavi, onde iniciou o plantio de eucalipto. A partir dessa concessão, a empresa não cessou de estender seus domínios, incorporando de forma ilícita em seu território áreas de índios, de quilombolas, de posseiros, de pequenos lavradores. Conforme cópias de processos de requerimentos de terras devolutas ao estado do Espírito Santo, anexadas à CPI da Aracruz Celulose (2002), a empresa valeu-se de terceiros, “testas de ferro” (empregados da própria Empresa) no processo de legitimação de terras que eram habitadas por índios, posseiros, remanescentes de quilombos. Depoimentos prestados à CPI apontam como principais “testas de ferro” da Empresa, o major Orlando; o coronel Argeu; o tenente Merçon e o Sr. Benedito Braulino, mais conhecido como “Sr. Pelé”. Nesse período, as

peças jurídicas não podiam requerer nem receber por legitimação terras devolutas e depois as repassavam para a Aracruz Celulose, burlando, dessa forma, a lei. Em outros termos, as terras eram legitimadas por funcionários da empresa e depois repassadas para a empresa. No correr do mandato do governador Artur Carlos Gerhardt Santos (1972) foi criada a empresa Aracruz Celulose S/A (Arcel). Já instalados e determinados a ampliar a área de plantio do eucalipto, os empresários, com o Governo Estadual e as agências de desenvolvimento, procederam, com todos os meios para atingir seus objetivos, desde a especulação do preço da terra, à expropriação do território, onde viviam não somente as populações indígenas, como também posseiros, pequenos agricultores, remanescentes de quilombos. (LOUREIRO, 2006, p.94-96)

Destaca-se, ainda, a ocorrência de mudanças na estrutura socioeconômica de Aracruz, do que Piquet (1998, p. 114) afirma ser um “obscuro e pobre município de base econômica agrícola e madeireira” :

Apesar de os investimentos sociais terem obedecido a princípios de estratégia empresarial, o município, que até a década de 60 não possuía escola de segundo grau e onde a energia elétrica era fornecida por gerador a diesel, muito se beneficiou com a implantação da empresa. De uma posição irrelevante no cenário nacional, e até mesmo estadual, o município de Aracruz tornou-se um dos mais desenvolvidos do país (PIQUET, 1998, p.126)

Impactos da implantação da empresa ocorrem desde o início do processo de construção, época em que os fluxos de pessoas são significativos em função da oferta de empregos dos mais variados tipos. Um exemplo oportuno a ser citado são as transformações ocorridas em Barra do Riacho, na visão de Calazans e Meirelles (2006, p.81):

Desde a construção da primeira fábrica que a Aracruz Celulose estabeleceu com Barra do Riacho uma relação extremamente utilitária, quer seja para amontoar os operários das suas obras, para se apropriar de seus rios, para escoar sua produção, despejar os seus efluentes, quer seja para justificar o desvio do Rio Doce. De uma tradicional comunidade de pescadores na década de 70 de mais ou menos 2.000 moradores, explodiu um grande adensamento populacional de quase 10 mil pessoas atualmente, atraídas pelas construções das fábricas da Aracruz Celulose. Grande parte, homens trabalhadores da construção civil que vinham em caráter temporário e alguns, já desgarrados de suas famílias, acabavam fixando residência. Ao contrário da recepção dos trabalhadores contratados na indústria, em Coqueiral, estes se empilhavam neste distrito sem a mínima infra-estrutura, trazendo sérias conseqüências como violência e prostituição [...].

Salienta-se, também, que os pescadores da Barra do Riacho, assim como os remanescentes indígenas Tupinikim de Comboios, desde final dos anos 90 enfrentam novas dificuldades em função das alterações promovidas pela empresa no controle de rios, devido ao funcionamento do canal Caboclo Bernardo, já que o seu controle altera

significativamente o volume no leito e na foz do rio Riacho, dificultando tanto a atividade pesqueira quanto outras (REBELLO, 2006, 2012).

No extremo norte do Espírito Santo, entre os municípios de Conceição da Barra e São Mateus, comunidades quilombolas enfrentam dificuldades em função da monocultura de eucalipto. Recentemente,

[...] principalmente em 2011, as comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo voltaram a ser alvos de atribuições parecidas, quando ocorreram acusações de “roubo” de madeira de eucaliptos da Aracruz Celulose (atual Fibria) feitas aos seus integrantes pela própria empresa e pela polícia, para justificar a prisão de cerca de 30 quilombolas em um momento intenso de mobilização política dessas comunidades pela regularização de seus territórios, em parte expropriados pela referida empresa. (OLIVEIRA, 2011, p. 151)

Assim, diante do quadro esboçado, das repercussões resultantes da atuação da indústria de celulose no Espírito Santo, é possível perceber a hegemonia vertical exercida sobre a horizontal, sobretudo no passado, pela Aracruz Celulose/Fibria Unidade Aracruz, diante dos diversos efeitos negativos, destacadamente, perante a sociedade existente no entorno da empresa.

Considerações finais

O propósito do artigo foi de apresentar uma abordagem para a problemática apresentada, tendo como base teórica a vertente proposta por Milton Santos para analisar o espaço por intermédio da técnica e, assim, contemplar a constituição da indústria de celulose no Espírito Santo no contexto da modernização da configuração territorial ocorrida no período técnico-científico-informacional.

A partir da periodização espacial sugerida por Milton Santos e da compreensão do significado das modernizações no espaço, buscou-se analisar os elementos históricos da modernização estadual, essa acelerada pela crise do café e, não obstante, vinculada ao contexto maior de modernização nacional com vistas à inserção do país no contexto econômico mundial, baseado na instalação de indústrias para exportação e na instalação de objetos técnicos promotores e aceleradores de fluxos no espaço. Posteriormente buscou-se compreender a periodização da modernização no território capixaba e as mudanças marcantes do período. A partir daí, fez-se um breve resgate histórico da instalação da Aracruz Celulose/Fibria Unidade Aracruz, evidenciando um somatório de

forças empreendidas na constituição da força hegemônica industrial que veio atuar em prol do mercado externo, consumidor crescente de celulose.

Apoiado nos conceitos de verticalidades e horizontalidades, ainda, foi possível compreender o significado do embate de forças no espaço, qual sejam, da força vertical hegemônica representada pela indústria de celulose, bem como os seus desdobramentos no contexto social, com forças atuando sobre antigas dinâmicas espaciais compostas por diferentes segmentos sociais, esses, horizontais, constatando-se, assim, a força da indústria de celulose, representada na figura da Fibria Unidade Aracruz enquanto ator hegemônico, com o seu processo produtivo voltado para exportação, o maior beneficiado em detrimento dos interesses da população local.

Referências

CALAZANS, Marcelo; MEIRELLES, Daniela. **H2O para celulose X água para todas as línguas: o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A - Espírito Santo.** Espírito Santo: FASE, 2006.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória.** Vitória: Ed. Floricultura, 2002.

_____. **A casa edificada.** Vitória: Editora Rona, 1998.

CARVALHAES, Elizabeth de. As florestas plantadas são uma agricultura como desempenho ambiental extraordinário. **Revista Época.** Disponível em: <<http://www.http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/04/florestas-plantadas-sao-uma-agricultura-com-desempenho-ambiental-extraordinario.html>>. Acessado em: 16 dez. 2017.

DAL'COL, Simone C. **O processo de distribuição de celulose na Fibria S/A.** 2010. 52f. Monografia (Especialização em Logística) – Núcleo de Educação Aberta e a Distância, Vitória, ES, 2010.

DALCOMUNI, Sonia. **A implantação da Aracruz Celulose no ES: principais interesses em jogo.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 1990.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto – SP.** São Paulo: Edusp, 2003.

ESPÍRITO SANTO. Despacho n. 040 de 27 de dezembro de 1996. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 27 de fev. 1997. 11p.

FIBRIA CELULOSE S.A. **Resumo público do plano de manejo florestal Fibria - Unidade Aracruz:** regiões dos Estados do Espírito Santo, da Bahia e de Minas Gerais. Espírito Santo, outubro de 2015.

FIBRIA CELULOSE S.A. **Relatório Fibria 2016:** um novo horizonte para todos. São Paulo, abril de 2017.

IJSN. **Mapa de uso e cobertura da terra 2010 em Aracruz.** Espírito Santo: Instituto Jones dos Santos Neves, 2012. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas>>. Acessado em 15 de dezembro de 2015.

MACEDO, Fernando César de. **História Econômica e organização espacial:** o caso capixaba. Goiânia: Gráfica e editora América, 2013.

MOREIRA, Roberto J. **Agricultura familiar:** processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, UFRRJ/CPDA, 1999.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo:** conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. *Rev. Ruris*, Campinas, SP, v.5, n.2, set. 2011.

OVERBEEK, Winfridus. **Um alerta sobre o fomento florestal e alternativas.** Espírito Santo: [s.n.], 2009. Cartilha do Movimento dos Pequenos Agricultores do Espírito Santo – MPA.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação:** controle e espoliação. São Paulo: Editora Cortez, 1984.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa:** presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

REBELLO, Wanderson dos Santos. **A influência do canal Caboclo Bernardo na dinâmica ambiental do rio Comboios:** o caso da pesca dos remanescentes indígenas Tupiniquim. 2006. Monografia (graduação em Geografia), Vitória, 2006.

_____. **O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES):** estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafecultura e grande indústria:** a transição no Espírito Santo 1955 – 1985. Vitória, ES: Fundação Ceciliano Abel de Almeida: 1991.

SANTOS, Glícia Vieira dos. **Globalização, estratégias gerenciais e trabalhadores:** um estudo comparativo da indústria brasileira de celulose. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento universal à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**. 4ed. São Paulo, Edusp: 2006.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5a edição. São Paulo: Hucitec, 2008a.

_____. O meio técnico-científico. In: _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008b.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008c.

_____. **Espaço e método**. 5.a ed, 1.a reimp. São Paulo, Edusp: 2012.

SILVEIRA, María Laura. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina**. São Paulo: Fapesp, 1999.

XAVIER, Marcos. Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, Milton; Silveira, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no século XXI**. 14 ed. Rio de Janeiro, Record: 2010.

Recebido em 08/03/2016.

Aceito para publicação em 17/08/2017.